

CRISE ESTRUTURAL E DESEMPREGO. PARA ALÉM DE UMA CRISE DO TRABALHO*

INTRODUÇÃO

A atividade do operário, reduzida a uma pura abstração, é em todos os sentidos determinada pelo movimento conjunto das máquinas: o inverso não é verdadeiro. A ciência, através da construção da máquina, obriga os elementos inanimados desta a funcionar como autômatos úteis. Essa ciência, portanto, não existe mais no cérebro dos trabalhadores: pelo contrário, através da máquina, ela age sobre estes como uma força estranha, como o próprio poder da máquina.

Karl Marx (Grundrisse)

O desemprego em todo o mundo, e a AIDS², têm sido considerados as grandes mazelas deste fim de século. A AIDS, de natureza biológica, tem provocado danosas implicações sociais, porém, vem ocorrendo uma ampla e intensiva manifestação de pesquisa científica objetivando a sua cura e prevenção. O desemprego, apesar de todas as implicações negativas – sociais, econômicas e políticas – provocadas por ele, não tem sido objeto de adequada atenção no sentido de atenuá-lo por par-

ASSUÉRO FERREIRA**

RESUMO

Um dos problemas de natureza sócio-econômica mais importante dos últimos 20 anos refere-se aos altos níveis de desemprego observados na economia mundial capitalista, além de efetivas evidências de precarização das condições gerais do trabalho. Neste artigo, o autor procura demonstrar que, muito embora, as transformações tecnológicas em curso e suas correlatas transformações dos processos de trabalho gerem desemprego, na realidade, é o reduzido e instável crescimento das principais economias do mundo, a partir do início dos anos 70, o maior responsável por esta situação. Ademais, deduz que a resolução da questão não se atém unicamente a decisões de ordem econômica, mas, requer decisivas ações políticas por parte dos Estados nacionais como decorrência de pressões de suas respectivas sociedades, concertadas internacionalmente, buscando reverter a ordem neoliberal em vigência.

* Agradeço à Prof^a. Neyara Araújo pelas discussões profícuas que me beneficiaram na elaboração deste trabalho, isentando-a de quaisquer erros e omissões remanescentes.

** Professor Titular da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará.

te de governos e sociedades nacionais.

A Organização Internacional do Trabalho³, no seu Informe Sobre el Empleo no Mundo: 1998-1999, estima que...

“unos 1.000 millones de trabajadores – aproximadamente un tercio de la población activa del mundo – están desempleados, cifra que no há variado sustancialmente”.

E complementa:

“de esos 1.000 millones de trabajadores, unos 150 millones se encuentran de hecho desempleados, buscan trabajo ou están en disposición de trabajar⁴. Por simple efecto de la crisis financiera asiática, este año (1998), el total de desempleados se há incrementado en 10 millones de trabajadores”.

É importante destacar é que esses altos níveis de desemprego são determinados por condições estruturais sistêmicas, agravados, numa ou noutra situação, por crises conjunturais, como as recentes, de ordem financeira, verificadas na Ásia, Rússia e América Latina. As determinações estruturais do desemprego, assentamos, decorrem de um complexo conjunto de fatores de ordens eco-

nômica e política, que vão desde de uma vigente revolução tecnológica e industrial à crise fiscal do Estado capitalista, em geral, cujas tentativas de superação, por sua vez, têm ocorrido através de ações de políticas econômicas de caráter liberal ou neoliberal, como se queira denominar. Ou seja, o alto desemprego em escala mundial é simultaneamente reflexo de uma ampla crise do capitalismo e agravante dessa mesma crise.

É nesta perspectiva que procuraremos desenvolver este trabalho. Para isto, na segunda seção, apresentamos algumas evidências empíricas sobre as condições críticas de reprodução do capital, que vêm se alongando desde os anos setenta, com ligeiras recuperações e recaídas⁵, e suas conseqüências negativas sobre o emprego e as condições de trabalho, em geral; na terceira seção, abordaremos a questão de modo mais analítico realçando as características sócio-políticas da crise numa era de profundas incertezas; por fim, a quarta seção expõe algumas conclusões sobre o entendimento que assumimos da crise do mundo do trabalho como uma crise ao mesmo tempo reflexa de uma crise geral do capitalismo, neste final de século, e determinante do agravamento desta própria crise.

VISÃO GERAL DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO NA ATUALIDADE

O ciclo virtuoso de crescimento do capitalismo no pós-II Guerra, sob a hegemonia da economia americana, teve o seu esgotamento em começo dos anos setenta, como podemos constatar no Gráfico 1. A redução sensível das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), dos vários países, ocorreu simultaneamente com o crescimento da inflação (Gráfico 2) e redução das taxas de inversão bruta (Gráfico 3), denotando um fenômeno novo na economia capitalista, denominado de *estagflação*, sob o qual se verificava uma crise de demanda efetiva, com redução sensível do crescimento econômico, e uma onda inflacionária significativa.

Gráfico 1. Crescimento anual do PIB dos países classificados segundo o nível de renda.

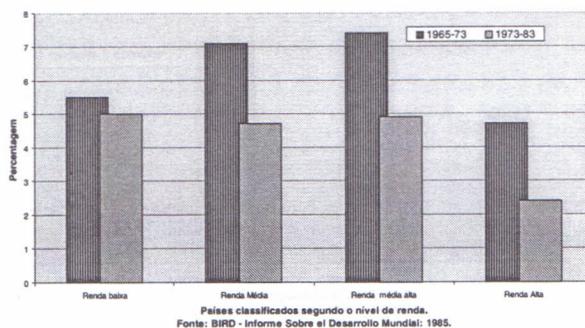
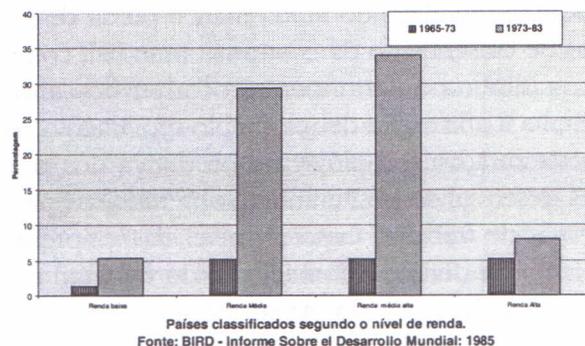


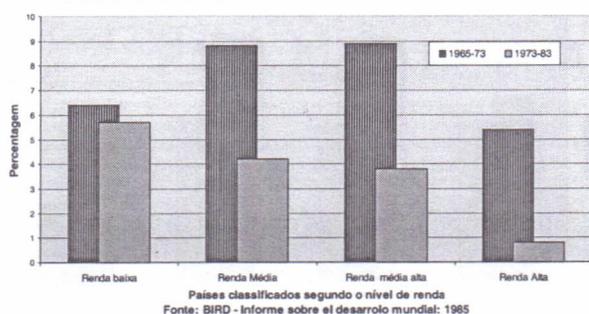
Gráfico 2. Taxas médias anuais de inflação dos países classificados segundo o nível de renda.



Os anos 70 marcaram profundas turbulências na economia mundial que atuaram como choques negativos sobre as decisões de investir, em geral. Basta, neste sentido, apontar as duas grandes altas de preços do petróleo, 1974 e 1979; a alta exorbitante dos juros internacionais, a partir de 1979, como conseqüência da política americana de reajuste econômico.

Esses choques de oferta, incidindo de forma generalizada na economia mundial, tiveram papel decisivo na perda de ritmo de crescimento das economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, com maior impacto sobre as últimas. Inclusive, ressalve-se, que no contexto dessas turbulências o fato mais relevante de desequilíbrio dos países subdesenvolvidos foi o endividamento crescente nos anos setenta, particularmente dos países da América Latina⁷. A virulência da crise da dívida externa sobre o crescimento dos países subdesenvolvidos, particularmente da América Latina, foi de tal ordem que a década dos anos 80 ficou conhecida como a "década perdida".

Gráfico 3. Taxas médias anuais de crescimento da inversão interna bruta



Por outro lado, além da ocorrência desses choques, agudizando ainda mais a perda de ritmo de crescimento da economia mundial, como se sublinhou anteriormente, ocorreu nos anos setenta a afirmação de um amplo movimento de reestruturação tecnológica e produtiva nos países desenvolvidos alterando, sobretudo, os processos de trabalho tanto ao nível das empresas quanto na divisão internacional do trabalho em que localidades da Ásia, como Tailândia, Indonésia, Filipinas, Taiwan, Hong Kong, República da Coreia e China continental passaram a receber altos investimentos produtivos de empresas multinacionais, principalmente de origens japonesa e americana, num processo de descentralização concentrada do capital, que buscavam, além dos incentivos fiscais e financeiros locais, força de trabalho barata em contraposição aos custos do trabalho nos países centrais.

Os países desenvolvidos, nessa conjuntura, depararam-se com dois movimentos em contraponto aos seus processos de acumulação de capital tradicionais desestruturando os seus mercados de trabalho, quais sejam: i) uma ampla reestruturação tecnológica, baseada sobretudo na robótica, concomitante a mudanças dos processos de trabalho até então vigentes em prol de uma maior flexibilidade operacional e de desverticalização local, ao nível de unidades fabris, e internacional da produção; ii) expansão da inversão produtiva em novas áreas subdesenvolvidas, particularmente da Ásia, abrindo uma nova fronteira econômica de exploração do capital.

É interessante observar que as denominadas “novas economias industrializadas da Ásia”,

na classificação do FMI, referidas acima, apresentaram no período 1981-90, uma taxa média anual de crescimento da produtividade de cerca de 8,0%, enquanto para o custo unitário do trabalho esta taxa foi tão somente de 3,3%; para a União Européia estas taxas foram, respectivamente, de 3,9% e 4,6%; para as maiores economias industriais (Grupo dos Sete), teve-se, respectivamente, 3,2% e 2,8%. Ou seja, de longe, a capacidade de geração de lucros dos denominados Tigres Asiáticos pelas empresas multinacionais foi muito mais significativa, além, obviamente, da relativa ausência de conflitos sociais entre o capital e o trabalho⁸.

Ademais, é mister ressaltar que esses movimentos de capitais produtivos também afetaram negativamente a América Latina, na medida em que este continente passou a ser relativamente preterido em função daqueles países asiáticos. Para se ter uma idéia desta situação basta se verificar que o PIB de países da Ásia, considerados como de industrialização recente (no caso, Hong Kong, Coreia, Singapura e Taiwan) cresceram no conjunto, no período 1981-1990, a uma taxa média anual de 8,2%, enquanto a América Latina e Caribe em conjunto cresceram tão somente a uma taxa média de 1,6%. O emprego, naqueles países referidos da Ásia cresceu a uma taxa média anual de 2,3%, com uma taxa média de desemprego da ordem de 3,0%. Para a Ásia como todo, a taxa de crescimento do PIB foi da ordem 6,9%⁹.

Os anos oitenta, ademais, mesmo diante da ameaça de um *crash* financeiro e bancário, por conta da inadimplência generalizada dos países devedores do terceiro mundo, assistiram a profundas reestruturações no sistema bancário e financeiro das economias avançadas em que ocorreram amplos processos de desregulamentações de natureza liberalizantes no contexto internacional. Neste sentido, como acentua Pauly ...

“ao mesmo tempo em que aumentam as exigências dos bancos, diminuem as restrições às atividades bancárias interpaíses, bem como o estabelecimento de bancos e outras instituições financeiras fora de seus países”.

E, mais adiante, considera aquele autor que...

“as mudanças ocorridas nos últimos anos se deram a um ritmo que levou muitos participantes do mercado à conclusão de que está aumentando muito depressa o nível geral de risco no sistema bancário internacional e de que nem os bancos nem seus supervisores governamentais dispõem de controle apropriado. Tais preocupações aumentaram com os choques sofridos pelo sistema após a crise do mercado acionário em 1987, com os custos exorbitantes ligados ao recente colapso de várias instituições de poupança nos EUA e com o crescente volume de compras de empresas muito endividadas” Pauly (1989, p. 35-36).

Se, por um lado, a liberalização financeira e bancária nos países desenvolvidos estendeu-se aos países subdesenvolvidos, fazendo com que os mesmos pudessem ter novamente acesso aos mercados financeiros internacionais, desde começo dos anos noventa, por outro, diante de uma economia mundial em crise, acrescentaram-se elementos novos de instabilidade na medida em que o capital financeiro se autonomizou frente ao capital produtivo, num processo de reciclagem improdutiva internacional, em tempo real, nunca antes observado, propiciado pelo desenvolvimento acelerado dos meios informáticos e de telecomunicações¹⁰.

A instabilidade financeira generalizada tornou-se um fator de extrema importância na crise geral do capitalismo, envolvendo economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Nas palavras de González-Hermosillo...

“en los últimos 20 años, se han visto perturbaciones considerables en el sector financiero de muchos países. Los episodios más graves han sido talvez observados en algunos mercados emergentes. Los problemas del sistema bancario que comenzaron a mediados de los años noventa en algunos países asiáticos (entre ellos Corea, Indonesia y Tailandia) también han puesto en evidencia el riesgo de

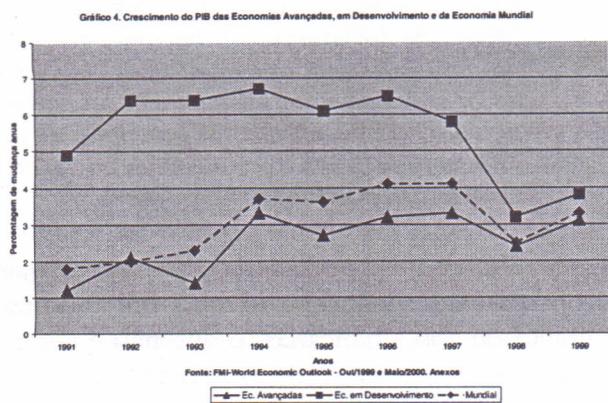
contagio regional. En América latina se produjeron severas crisis bancarias en Chile y Colombia durante los años ochenta, y México e Venezuela en la primera parte de los años noventa. Las crisis bancarias, sin embargo, no ocurren solamente en las economías con mercados emergentes. Se han observado profundas perturbaciones del sistema bancario en Estados Unidos a mediados de los años ochenta y principios de los noventa, en los países nórdicos a principios de los años noventa, y mas recientemente en Japón”. González-Hermosillo (1999, p. 36)

Esta assertiva pode dar a impressão de que a instabilidade financeira tem ocorrido apenas através de crises bancárias, o que não é verdadeiro. Na realidade, todo o sistema financeiro integrado no mundo, incluindo os ex-países ditos socialistas, vem sofrendo abalos graves de confiança com instabilidades em bolsas de valores e em mercados de títulos em geral, desde de 1994-95, com a crise financeira mexicana, e mais recentemente com as crises de certos países asiáticos, da Rússia e do Brasil. Contudo, reforçamos, é preciso ter claro que esta instabilidade financeira é um fator agravante na atual crise geral do capitalismo. Estamos de pleno acordo com Chasnais, quando afirma que...

“a crise possui um componente muito forte de endividamento e fragilidade bancária sobre o qual insistiremos. Ela não é, no entanto financeira. Ela é econômica. É claro que a sua propagação tomou, e tomará, ainda, o caminho dos países cuja vulnerabilidade financeira sistêmica, bancária ou das bolsas, é mais forte. O grau de desenvolvimento sem precedentes do parasitismo característico do regime de acumulação atual, mundializado e dominado por um capital financeiro predador, explica isso facilmente”. Chesnais (1998, p.8)

Mesmo que tenha ocorrido uma tênue recuperação econômica nos países desenvolvidos, entre meados e fins dos anos oitenta, os anos noventa, no geral, apresentaram crescimento

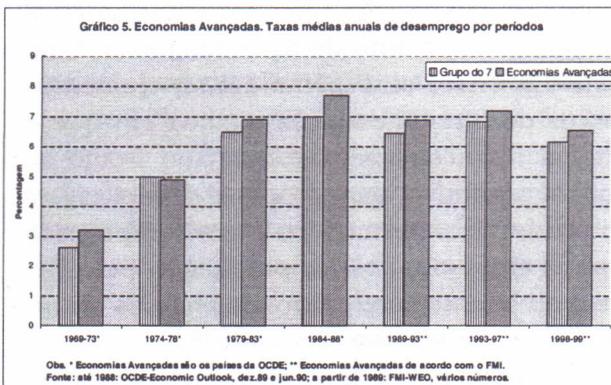
rastejante e instável (Gráfico 4) com sérias conseqüências sobre os mercados de trabalho em geral, aumentando sensivelmente as condições de precariedade que já vinham se conformando tendencialmente.



As denominadas economias em desenvolvimento, como se verifica no mesmo gráfico, apresentaram uma retomada do crescimento até meados dos anos 90, não obstante, entre 1996 e 1999, ter havido um decréscimo sensível do mesmo. Esta perda de ritmo de crescimento reflete, sobretudo, os efeitos de contágio e os correspondentes ajustes macroeconômicos internos de caráter restritivos das crises financeiras iniciadas no México – expandindo-se pela América Latina – culminando com as crises asiática, da Rússia e do Brasil, citadas anteriormente. Estas turbulências agravaram ainda mais as já precárias condições de emprego, especialmente na América Latina, com um incremento do desemprego aberto, ao mesmo tempo em que o mercado informal de trabalho se expandiu em proporção significativa. Ou seja, para os países subdesenvolvidos a precarização das condições de trabalho tanto vem ocorrendo por um aumento do desemprego formal quanto pelo incremento proporcional do mercado informal de trabalho, no contexto do qual os trabalhadores não contam com qualquer proteção social¹¹.

Como se pode constatar ocorreu, no período enfocado no Gráfico 6, uma redução sensível dos rendimentos do trabalho na indústria

concomitante a uma redução dos custos unitários do trabalho, enquanto a produtividade oscilava em torno de uma tendência estacionária. Por outro lado, o crescimento do PIB concorreu decididamente para atenuar o desemprego estrutural especialmente nas economias americana, do Reino Unido e Canadá, a partir de 1994. Contudo, as economias desenvolvidas da Europa observaram comportamentos contrários, inclusive aumentando o desemprego em países importantes como Alemanha, com taxa de desemprego média nos anos noventa em torno de 10%; França, 12%; Itália, 12%; Espanha, 20%; enfim, a União Européia, que vem apresentando um desemprego estrutural de longo prazo, devido particularmente ao comportamento recessivo de suas maiores economias, apresentou uma taxa de desemprego média no período 1990-98 da ordem de 10,3%, com tendência crescente, contra uma taxa média anual no período anterior situada em torno de 9,2%.



O Japão, como se sabe, nos anos noventa apresentou um sério esgotamento do seu crescimento econômico. O resultado foi um incremento do desemprego, o qual registrou uma taxa em 1999 da ordem de 4,7 contra 2,1% em 1990, magnitude realmente grave para os padrões históricos de desemprego daquele país que era considerado normalmente como um capitalismo de pleno emprego¹². Ou seja, muito menos decorrente das modificações originárias dos processos de trabalho superando a organização taylorista-fordista, em prol da produção flexível¹³,

baseada nos sistemas de produção *just-in-time* e *total quality control*, inclusive com a introdução da robótica, o incremento recente do desemprego no Japão é mais dependente processo recessivo que se instalou naquela economia, a partir de 1992. Neste contexto, estamos reforçando a idéia de que as reestruturações dos processos de trabalho, inclusive com a inserção de novas tecnologias, muito embora, gerem desemprego é o crescimento da economia e, portanto, da demanda efetiva, quem determina em grande parte os níveis de crescimento do emprego¹⁴. A questão fundamental que se coloca é de uma crise sistêmica de realização do capitalismo monopolista, no contexto de uma onda larga do ciclo de Kondratieff, que atinge países desenvolvidos e subdesenvolvidos, precarizando as condições gerais do trabalho concreto sem, contudo, anular o trabalho abstrato condição fundamental da acumulação capitalista. Observemos que a precarização das condições de trabalho se realiza de vários modos seja através do desemprego de longa duração, do emprego mal remunerado e sem segurança, do emprego involuntário em tempo parcial¹⁵, da informalização do trabalho, dentre outras situações correlatas.

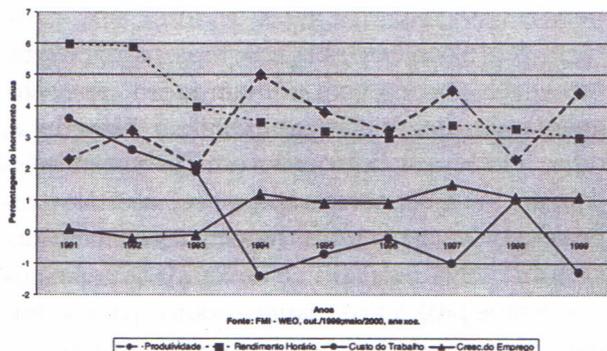
países subdesenvolvidos, até mesmo devido a ausência ou limitados sistemas de proteção sociais nos mesmos. Como destaca o Informe da OIT, antes citado,

“a mayoría de los nuevos empleos en los países en desarrollo se están creando en el sector non estruturado, que según datos da propia OIT da empleo hoy a unos 500 millones de trabajadores. El insuficiente crecimiento de los puestos de trabajo en el sector estruturado de la economía, así como falta de cualificaciones de amplios sectores de la mano de obra, han traído consigo el auge de un grande sector no estruturado, en el cual la mayoría de los trabajadores tienen un empleo mal remunerado, en condiciones de trabajo deficientes y no reglamentadas” OIT (1998, p. 11).

Neste mesmo sentido, é realista a constatação do Banco Mundial em seu Informe sobre o desenvolvimento mundial de 1995, dedicado ao mundo do trabalho, ao evidenciar que:

“en los países tanto ricos como pobres se está acentuando la inseguridad a medida que el avance tecnológico, la intensificación de las relaciones internacionales e debilitamiento de las estructuras sociales tradicionales aparentemente amenazan con eliminar empleos, reducir salários y socavar el apoyo que necesitan los ancianos. Tampoco se puede decir que el crecimiento económico y la mayor integración hayan resuelto el problema de la miseria en el mundo. Ao contrário, es posible que los pobres aumenten aún más en número a medida que la población activa del mundo, que comprende en la actualidad 2.500 millones de personas, ascienda a 3.700 millones en el plazo de 30 años. Más de 1.000 de personas (...) subsisten con un ingreso diario de un dólar o incluso menos, y dependen en su gran mayoría del ingreso miserable que obtienen de su arduo trabajo. En muchos países, los trabajadores no tienen representación alguna y trabajan en condiciones insalubres, peligrosas ou degradantes. Entretanto, hay en el mundo unos 120 millones de de desocupados, y varios millones más han perdido las esperanzas de encontrar trabajo”. BIRD (1995, p. 4).

Gráfico 6. Economias Avançadas. Crescimento do Emprego total, da produtividade, rendimento horário e custo do trabalho na indústria.



A precariedade crescente nos mercados de trabalho, voltamos a ressaltar, não se configura como um fenômeno parcialmente localizado e de caráter conjuntural, mas numa extensão internacional e estruturalmente determinado, com maior impacto social negativo, obviamente, nos

As duas extensas citações acima têm o propósito de mostrar que mesmo organismos internacionais, como a OIT e BIRD, embora numa perspectiva distinta da nossa, já passam a reconhecer que o drama vivido no mundo do trabalho não é reflexo de meros ajustes conjunturais, mas guarda estreita relação com problemas de ordens estruturais sistêmicos, sendo agravado pelas atuais políticas de caráter neoliberalis¹⁶.

DESESTRUTURAÇÃO SOCIAL E INCERTEZAS POLÍTICAS: A NOVA ORDEM DO CAPITAL

A necessidade de reprodução do capital em condições de competitividade acirrada em escala internacional – como decorrência das aberturas de mercados, verificadas a partir de meados dos anos oitenta, sob a égide do neoliberalismo – diante da contraposição concorrencial do capital financeiro autonomizado – circulando improdutivamente em largas magnitudes e velocidades antes inimagináveis – impõe reciclagens tecnológicas e mudanças compatíveis dos processos de trabalho, na perspectiva dos capitais em particular, bem como da própria divisão internacional do trabalho, no que respeita ao capital em geral.

Este movimento, enquanto transicional para um novo padrão de acumulação do capital, se realiza com ataques frontais contra o mundo do trabalho, desestruturando-o, rompendo com as suas resistências políticas, aprofundando os mecanismos de subsunção formal e real do trabalho¹⁷. Isto somente é possível diante da existência ampliada de excedentes de força de trabalho, sejam decorrentes da própria dinâmica demográfica, ou sejam produzidos por inserções tecnológicas e mudanças dos processos de trabalho.

Observemos, não obstante, que o desemprego estrutural de longa duração que vem ocorrendo na comunidade europeia, como ressaltado, além de ser produzido por inserções tecnológicas, resulta de uma profunda crise de realização do

capital, ou de subconsumo, com graves consequências políticas e sociais para a condição das classes assalariadas. Ou seja, a ruptura, se não total, pelo menos parcial da condição salarial, expandida durante o período do pós-II guerra mundial, no mundo capitalista avançado, sob a hegemonia americana, se encontra fragmentada, em xeque, sem, contudo, prescindir do trabalho abstrato, enquanto alavanca específica de exploração do capital¹⁸. Nestes termos, embora não seja tema que discutiremos neste trabalho, mesmo considerando a sua importância analítica, não assumimos a tese que autores como Gorz(1982), Offe(1989) e Schaft(1990), defendem, de que nos encaminhamos para um fim da sociedade do trabalho ou, na mesma perspectiva, de uma esgotamento da centralidade do trabalho¹⁹.

É necessário termos presente que o crescimento virtuoso dos anos de ouro do capitalismo, particularmente nos países centrais, do pós – II Guerra Mundial aos fins dos anos 60, sob o impulso da produção de massa fordista, possibilitou uma ampliação generalizada do assalariamento como forma de acesso à renda por parte daqueles que não detinham os meios de produção. Esta expansão do assalariamento deveu-se, sobretudo, à extensa divisão do trabalho requerida pela produção crescentemente diferenciada de bens e serviços.

Neste contexto, a condição salariada, diretamente relacionada com a urbanização crescente, guardando uma hierarquização bem definida, e, desse modo, estabelecendo estratos sociais rígidos, passou a ser constitutiva da sociabilidade capitalista baseada nas trocas monetárias de mercado. O salário, então, deixou de ser renda atinente aos segmentos proletários marginalizados para se tornar a alavanca de ascensão e segurança social dos maiores segmentos populacionais, na razão direta dos seus respectivos patrimônios culturais e sociais adquiridos²⁰. Portanto, o desemprego afeta de forma diferenciada os vários segmentos sociais, assim como as distintas categorias profissionais, e mesmo as existentes estratificações por gênero, faixas etárias e étnicas.

Para os países de industrialização tardia, subdesenvolvidos, como os da América Latina, ou da Ásia, a condição salarial não se generalizou como nos países centrais, enformando vastos segmentos da população economicamente ativa no que se convencionou denominar de mercado informal de trabalho. As características fundamentais deste mercado são os baixos rendimentos auferidos e baixas produtividades, além da ausência completa de cobertura e segurança social. Ademais, mesmo nos segmentos salarizados desses países subsistem estruturalmente diferenciações de rendimentos significativas, independente de gênero²¹, os quais, conjuntamente com a existência do mercado informal de trabalho, explica as amplas desigualdades sociais aí prevaletentes²².

A compatibilização entre os termos microeconômicos de uma produção de larga escala, característica fundamental da segunda revolução industrial, consolidada no pós-II Guerra Mundial, sob a hegemonia americana, e os termos macroeconômicos da demanda efetiva, para que não ocorressem sistematicamente crises de realização, somente foi possível pela expansão do assalariamento concomitante a expansão em larga escala do crédito ao consumidor²³.

Nesta perspectiva, a expansão da condição salarial torna-se essencial para a realização e continuidade ampliada da acumulação do capital e, ao mesmo tempo, essencial para a realização social e constituição de grupos de status numa sociedade de consumo de massas, cuja sociabilidade fundamental se realiza sob o signo das trocas monetizadas.

O problema imbricado nesta equação econômico-social diz respeito ao fato de que a estabilidade relativa da acumulação de capital e os respectivos e necessários requerimentos de estabilidade político-social, sejam institucionais ou societários, tem como pré-condição a necessidade de criação permanente de empregos ou atividades geradoras de rendas que se complementem, dando ocupação a maiores contingentes populacionais, sob pena de ocorrência de

sérios abalos políticos. Cabe inteira razão a Supiot quando diz que:

“o desmoronamiento o el deterioro de los derechos conferidos al trabajo entraña para unos falta de trabajo e inutilidad en la sociedad; para outros, exceso de trabajo e indisponibilidad para la sociedad. Son dos formas diferentes de muerte social, tanto una como outra, ponen en peligro las propias condiciones de la existencia y de la reproducción humana (sobre todo por la falta de dinero o de tiempo para subvenir a la educación de los hijos). Este camino conduce a la violencia, ya que los hombres no se resignan nunca indefinidamente a la muerte social. Pues bien, ya sea religiosa o mafiosa, criminal o nacionalista, la violencia pone a su vez en peligro la seguridad de los negocios y de la propia supervivencia de la economía de mercado”. Supiot (1996, p. 2)

A expansão das rendas salarizadas, através da geração de empregos, não obstante, é uma condição necessária mas não suficiente para manter a estabilidade da acumulação de capital, porém, tem importância crucial na relativa estabilidade política obtida pelas democracias ocidentais²⁴. Neste contexto, é necessário reforçar que o desenvolvimento ampliado das relações salarizadas introjeta no imaginário social das massas a insubstituibilidade do trabalho assalariado como forma de viabilizar ascensão e aceitação social e, ao mesmo tempo, garantir o futuro na forma de aposentadorias ou pensões.

O capitalismo, como já havia demonstrado Marx, entranha elementos contraditórios no seu modo de acumulação que o faz se reproduzir de forma cíclica. Coube a J. M. Keynes, modernamente, prescrever que o capitalismo somente poderia atenuar esses movimentos cíclicos através da intervenção planejada do Estado, superando o capitalismo de *laissez-faire* Keynes (1982, esp. cap. 24).

É, nesta perspectiva, que o Estado de bem-estar social (*Welfare State*), ou o Estado previdenciário, tem sido denominado erronea-

mente de Estado keynesiano. Em verdade, o Estado de bem-estar social, ou a busca de sua construção, é muito mais propriamente uma produção política e social que uma estratégia econômica-financeira para superar insuficiências de demanda efetiva, como se caracteriza mais propriamente a concepção keynesiana²⁵. Não há dúvidas de que o empenho do Estado no capitalismo é fundamentalmente a manutenção do próprio capitalismo. Porém, necessita estabelecer as bases sociais da sua legitimação sob pena de sofrer permanentes pressões políticas de toda ordem que podem desestabilizá-lo. Como afirma Macpherson..

"a democracia liberal foi resultado da pressão das classes contra a oligarquia: as franquias democráticas foram concedidas para impedir a atividade revolucionária das classes que tinham sido criadas pelo capitalismo competitivo" (ib. 168).

Em outros termos, a dinâmica dos conflitos de classes entre o capital e o trabalho, em economias com acelerados processos de urbanização, se acomodou na escolha da **reforma**, descartando, em princípio, a **revolução**.

É impossível não se admitir que a expansão do assalariamento nos moldes ampliados e hierarquizados do capitalismo, na sua fase monopolista, e a conseqüente expansão do consumo em escala compatível com a produção de larga escala, se deve em grande monta ao papel do Estado, enquanto provedor ou indutor da atividade econômica. Porém, reconhece-se, do mesmo modo, que o Estado capitalista se encontra mergulhado numa profunda crise fiscal e de legitimidade²⁶, de modo que aquelas franquias, a que se refere Macpherson, estão postas em questão e esta circunstância contribui para agravar ainda mais a condição salariada²⁷.

É importante reconhecermos que o Estado nos países capitalistas subdesenvolvidos dificilmente consegue exercer com alguma eficácia social os dois papéis, quais sejam de

indutor da acumulação capitalista em geral e de provedor de bens e serviços públicos que promovam o bem-estar social mais amplo, mais democrático. De forma trôpega, mal consegue ser indutor privilegiado da acumulação, daí o seu caráter mais rigidamente corporativo e de legitimação populista.

Porém, em qualquer das duas situações de desenvolvimento verifica-se que os Estados apresentam sérios comprometimentos financeiros, os quais são, em primeiro lugar, decorrentes da sua própria estratégia de responder às demandas crescentes por seus gastos em contraponto à sua limitada capacidade política em estabelecer que grupos ou segmentos sociais deverão arcar, através de pagamento de impostos, com essas despesas incrementadas²⁸. Como discerne Habermas, nessas circunstâncias, na medida em que o Estado se imobiliza ou fracassa no atendimento desses requerimentos ele incorre num déficit da sua racionalidade administrativa e num déficit de legitimação Habermas (ib. p. 82).

Observemos que a crise do crescimento e as mudanças tecnológicas, em curso, ao agravarem o problema da produção e do desemprego contraem a própria base de arrecadação de impostos e, portanto, tendem a agravar a crise fiscal do Estado. O agravamento da crise fiscal do Estado, por seu turno, impõe uma restrição de gastos que termina por incidir sobre os gastos de natureza social, em geral, agravando o desemprego, gerando insegurança social, fragmentando ainda mais as condições gerais da reprodução social. As tentativas de romper com este círculo vicioso de fragilidade financeira do Estado e de fragmentação e diluição dos ganhos sociais, destacadas as respectivas especificidades nacionais, têm se encaminhado em direções que aprofundam as condições sistêmicas da crise geral, se expressando em crescentes endividamentos estatais, processos ampliados de privatizações de empresas estatais, aumento da carga de impostos e do desemprego sobre segmentos politicamente mais frágeis.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS

A precariedade se inscreve num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração.
Pierre Bourdieu (Contrafogos)

Das argumentações esboçadas acima, pudemos deduzir que a crise sistêmica de larga duração do capitalismo no seu estágio oligopólico, ou monopolista, como se queira denominar, e a profunda transformação tecnológica em curso, têm imputado ao mundo do trabalho gravíssimos danos, sejam de ordem econômica, política ou social. O desemprego em larga escala, estruturalmente arraigado, e a precarização quase generalizada das condições de trabalho constituem-se na face mais evidente de uma profunda reversão histórica das aspirações de mobilidade social das classes não detentoras de meios de produção. A incerteza levada ao paroxismo, o desalento político e a anomia social vêm assumindo uma posição negativa inimaginável nas representações coletivas deste final de século, muito embora, convenhamos, já comecem a se manifestar em escala internacional movimentos sociais de franca oposição a essa situação de fragilização política e social.

Um fato de real significado que se destaca nesta conjuntura histórica é a incapacidade de o Estado capitalista assumir em sua plenitude o potenciamento da acumulação ao mesmo tempo em que assegure um mínimo de segurança de reprodução condigna da sociedade salarizada.

A proclamada saída neoliberal, de indução generalizada de atividades autônomas é, para se dizer, no mínimo, uma irresponsabilidade política dos grupos de elites que dominam as estruturas de poder vigentes. Isto subentende que todos os indivíduos socialmente marginalizados possam se transformar, da

noite para o dia, em pequenos produtores num ambiente social amplamente diferenciado em dotações particulares de cultura e patrimônio e, ainda mais, desprovidos de iniciativas empresariais válidas.

O que os teóricos ou os publicistas neoliberais tentam imputar nas consciências, em geral, através das *mass media*, é uma ordem simbólica afirmando assegurar que a superação da conjuntura histórica de crise que vivemos depende da obtenção de competitividade econômica, empresarial e individual, e de eficiência administrativa dos governos (a denominada boa governança), numa economia "globalizada", que assegure uma estabilidade adequada à obtenção e manutenção em crescimento daquela competitividade. Em tal perspectiva, as soluções políticas, também, serão decorrentes de reajustes econômicos bem sucedidos de indivíduos, empresas e governos, mediados pelo mercado. Ou seja, estende-se a concepção de sociabilidade determinada pelas trocas ao seu paroxismo, embalada pelo lema corrente de **o máximo de mercado e o mínimo de governo**.

Esse prognóstico, tão proclamado pelos teóricos do equilíbrio pluralista liberal-democrata, como os denomina Macpherson, na realidade, sofre de uma esquizofrenia teórico-prática ao conceber a democracia

"como sendo simplesmente um método de escolher e legitimar governos como um processo de mercado em que os líderes automeados dos partidos políticos são os empresários que oferecem pacotes de bens políticos (líderes cuja habilidade consiste em estimar a demanda plural dos eleitores) e os eleitores são os consumidores cujo papel é simplesmente escolher quais dos pacotes prometidos eles irão comprar na época das eleições" (ib. p. 164).

Estamos ainda de pleno acordo com aquele autor quando afirma que:

"hoje, porém, na medida em que a economia capitalista transformou-se em oligopólio

e começou a encaminhar-se para o crescimento zero, a oligarquia política e econômica terá de enfrentar uma nova onda democrática, dessa vez por parte dos descendentes daqueles que primeiro reclamaram e obtiveram voz ativa no processo político. Tal onda virá quando esses descendentes se derem conta de que também estão submetidos a um regime oligárquico. Talvez eles não percebam que as palavras "oligarquia" e "oligopólio" têm a mesma origem grega, talvez jamais venham a usar essas palavras, mas podem perceber a verdadeira conexão. Se o fizerem, a atual oligarquia, caso não consiga destruir o Estado democrático liberal (substituindo-o por algum tipo de Estado corporativista), terá de submeter-se a um regime democrático genuinamente participativo" (ib. p.168).

As manifestações de protestos, inclusive violentas, que vêm acontecendo sistematicamente em vários países, desenvolvidos e subdesenvolvidos, principalmente a de Seattle, por ocasião da reunião da OMC (, no ano passado, que culminaram simultaneamente em larga extensão nas comemorações do 1º de Maio deste ano (2000), e as recentes manifestações em Praga nas reuniões do FMI e do Banco Mundial, indicam que aquele despertar político a que se refere Macpherson parece começar a acontecer.

As possíveis soluções para esta conjuntura histórica crítica passa ao largo de estratégias meramente economicistas. Na realidade, é necessário que assumamos a pressuposição política de que a continuidade desse processo poderá conduzir as sociedades atingidas para uma condição de caos generalizado, senão de barbárie. As saídas consistentes requerem uma ampla mobilização política, inclusive solidária internacionalmente, para romper com a vinculação promíscua e insidiosa das oligarquias políticas com as oligarquias econômicas, representadas no Estado oligárquico e os oligopólios transnacionais. É difícil, mas não impossível.

NOTAS

- 1 Abreviatura inglesa para a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, nome dado ao complexo de condições que ocorrem como consequência da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana, HIV.
- 2 Cf. OIT (1998, p. 6-7).
- 3 Isto refere-se ao desemprego aberto. Quanto ao subemprego, as estimativas da OIT se situam entre 25 a 30% dos trabalhadores do mundo, correspondendo de 750 a 900 milhões de pessoas, cf. op. cit. p.7.
- 4 Processo que se denominou na literatura econômica pertinente de stop and go growth.
- 5 Classificação dos países segundo o nível de renda de acordo com BIRD(1985, Anexo). O grupo de países que denominamos de "renda alta" corresponde naquele contexto ao grupo de "países industriais com economia de mercado".
- 6 Sobre a crise da dívida externa é recomendável a leitura de: Pereira. L. B. (Org.) – Dívida Externa. Crise e soluções. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989; Batista Júnior, P. N. – Da Crise Internacional à Moratória Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988.
- 7 Dados extraídos de FMI (1999, Anexo)
- 8 Dados Cf. IMF (op. cit., Anexo). Para o conjunto da América Latina e Caribe, bem como para a Ásia, as taxas de desemprego e o seu referido crescimento são incompletas quando não são estatisticamente comparáveis. Observa-se, porém, para a América Latina, com a crise da dívida, um aumento do desemprego aberto urbano nos anos oitenta ao par de um incremento do emprego no mercado informal de trabalho, como se pode deduzir de OIT (1999, Cuadro 9-A, p. 143).
- 9 O conceito de compressão do tempo-espaço discutido por Harvey é importante para entender a instabilidade econômica provocada por este movimento contraditório entre a realização de lucros através da atividade produtiva, geradora de valor, e a atividade financeira especulativa baseada em capital fictício. Sobre a compressão tempo-espaço cf. Harvey, D. – A Condição Pós-Moderna. 7ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 1998, especialmente Parte III.
- 10 De acordo com a OIT, estimam-se que na América Latina e Caribe em 1998, a taxa média de desemprego aberto urbano evoluiu de 5,7%, em 1990, para 8,4% em 1998, Cf. OIT, op. cit. Cuadro 9-A, p. 143. É interessante observarmos, no mes-

mo estudo da OIT, as variações desta situação tanto de país para país, como entre grupos etários e gêneros, afetando mais especialmente os jovens e as mulheres, op. cit. p. 23-25.

- ¹¹ As informações estatísticas aqui citadas foram extraídas de FMI – World Economic Outlook, Washington, D. C., anos 1998 e 1999, Anexos estatísticos.
- ¹² Sobre as modificações nos processos de trabalho no Japão, Cf. Coriat, B. – Pensar pelo Averso: O Modelo Japonês de Trabalho e Organização. Rio de Janeiro, Ed. Revan- Ed. UFRJ, 1994.
- ¹³ Um exercício preliminar, feito por nós, relacionando as taxas agregadas de crescimento do PIB e do emprego nas economias avançadas, para o período 1990-99, resultou num coeficiente de determinação linear da ordem de 72,8%, sugerindo, portanto, a existência de satisfatória uma elasticidade produto – emprego positiva. Para a América Latina, a OIT chega a deduzir uma razoável elasticidade produção-emprego, da ordem de 0,88, cf. – OIT, op. cit., p. 23.
- ¹⁴ Sobre o emprego em tempo parcial vale a pena consultar Bollé,(1997, p. 605-628)
- ¹⁵ Aliás, neste sentido, o Informe da OIT sobre o trabalho no mundo do ano 2000 procura demonstrar que a proteção social aos desempregados ou aos trabalhadores informais, além de generalizadamente deficiente, principalmente nos países subdesenvolvidos, vem sofrendo uma redução não desprezível mesmo nos desenvolvidos da Europa e da América do Norte. OIT(2000).
- ¹⁶ As subsunções formal e real do trabalho no capital constituem-se em modos como ocorre a subordinação do trabalho ao capital em condições diferenciadas de desenvolvimento das forças produtivas, particularmente no que respeita ao progresso tecnológico. Assim, expressam diferencialmente como o trabalho é fonte de exploração pelo capital e, portanto, gerador de trabalho não-pago (sobretalho) em condições de diferentes composições técnicas e orgânicas do capital. A subsunção formal se funda na extração de mais-valia absoluta e Marx considera a sua existência nos primórdios do capitalismo; a subsunção real, por seu turno, se fundamenta na extração de mais-valia relativa e é própria do capitalismo mais plenamente desenvolvido. Cf. Marx(1975, p. 73-92). Nas atuais condições de reprodução do capital, com a crescente precarização do trabalho, vêm se desenvolvendo formas combinadas de subsunções formais e reais do trabalho ao capital em geral, tanto nas economias desenvolvidas quanto subdesenvolvidas.
- ¹⁷ Observe-se, como já atestamos anteriormente, parte da expansão produtiva recente, com base no capital transnacional, vem ocorrendo em alguns países da Ásia, como expansão de uma nova fronteira capitalista, inclusive, sendo enaltecidas as grandes capacidades exportadoras desses países de nova industrialização. Isto, sem dúvidas, vem afetando negativamente as possibilidades de expansão econômica não somente de países subdesenvolvidos industrializados, como os da América Latina, mas, também, países desenvolvidos como os da Europa.
- ¹⁸ Uma análise crítica que estamos inteiramente de acordo pode ser consultada em Antunes (1997).
- ¹⁹ É bastante elucidativa, neste sentido, a análise de Castel para o caso francês, Cf. Castel (1998, esp. cap. VII); para uma análise comparativa entre países da evolução da condição salarial, cf. Mattoso (1995, cap. I); Harvey (op. cit. cap. 8).
- ²⁰ Vale notar que as mulheres vêm adentrando no mercado de trabalho nos últimos vinte anos em largas proporções. De acordo com OIT, "...desde hace 20 años, la mayoría de las personas que se incorporan al mercado de trabajo, tanto en los países en desarrollo como en los países desarrollados, son mujeres", op. cit., p. 10. Não obstante, reconhece-se, em geral, uma discriminação importante no que se refere aos postos de trabalho e rendimentos entre os trabalhadores femininos e masculinos, em detrimento do gênero feminino, sendo mais evidente nos países subdesenvolvidos, conforme constatou o Banco Mundial no seu relatório de 1995, op. cit. p. 16. Para uma análise interessante sobre gênero e mercado de trabalho, cf. Hirata (1998). É importante chamar a atenção para o fato de que a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho, numa conjuntura histórica de reduzida demanda por trabalho, além de precarização das condições gerais do mesmo, exerce influência decisiva sobre a permanência ou crescimento da taxa de desemprego.
- ²¹ Um fato importante, constatado recentemente, é que países desenvolvidos como Austrália, Canadá e Estados Unidos da América vêm aumentando de forma significativa as desigualdades salariais, com maior expressão para os EUA. Cf. Diwan e Revenga (1995, p. 8).
- ²² É interessante a tese pioneira defendida por Michal Kalecki, contrariando as teorias clássicas e

neoclássicas, de que uma melhoria na distribuição de renda a favor de salários afeta positivamente o crescimento da renda nacional sem afetar negativamente os lucros, cf. Kalecki (1977a, p. 92-101). Para Kalecki, e isto na atualidade tem importância crucial, "...a fraqueza dos sindicatos numa depressão econômica, representada pela permissão de cortes de salários, contribui mais para ampliar o desemprego do que para suavizá-lo" (ib. p. 99).

²³ Ignorar esta contingência sócio-histórica é ignorar, como afirma Macpherson, "os vários malogros da democracia em meados deste século, como no caso dos golpes fascistas na Alemanha e na Itália e de golpes militares em outros países europeus e latino-americanos, que ocorreram quando suas economias se mostraram incapazes de satisfazer as expectativas populares", cf. Macpherson (1991, p. 167).

²⁴ Na teoria de Keynes, gastos em armamentos ou em habitações populares têm fundamentalmente o mesmo efeito na impulsão da renda nacional e do emprego. É óbvio que Keynes não pregava a idéia de que o Estado deveria efetuar gastos à toa, inclusive militares, a que ele se opunha. Kalecki, num artigo, hoje, considerado clássico da economia política, defende a tese de que mesmo que o Estado use eficientemente o que ele denomina de "truque financeiro" para manter o pleno emprego, este não será durável, pois encontrará resistências políticas da classe empresarial que verá, em tais condições, ameaças à sua hegemonia política por parte da classe trabalhadora e do próprio Estado na sua autonomia relativa, cf. Kalecki (1977b, p. 54-60)

²⁵ Sobre as concepções de crise geral do Estado capitalista cf. Poulantzas (Org. 1977); Habermas (1980).

²⁶ Há diferenças significativas entre os países desenvolvidos da Europa e os EUA no que se refere às representações com relação a atuação do Estado na economia. Um percuciente artigo de Sen destaca o fato de que para os americanos torna-se muito mais importante perder o emprego, ou não encontrar emprego, do que a segurança social propiciada pelo Estado, como no caso europeu. Isto, como ressalta aquele autor, decorre das percepções políticas, objetivas e imaginárias, sobre o vir a ser social num contraponto entre humanitarismo e individualismo possessivo. Nas palavras do autor, "...la ética social norte-americana autoriza a ser muy poco solidario com los indigentes e los

pobres, lo que un europeo occidental típico, que haya crecido bajo un Estado benafactor, dificilmente acepta. Sin embargo, esa misma ética social norteamericana consideraría intolerables los niveles de desempleo de dos dígitos que son comunes en Europa. Europa viene aceptando el desempleo – y su aumento – com notable tranquilidad", cf. Sen (1997, p. 174).

²⁷ Este conceito de crise fiscal se deve a O'Connors (1977).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R.(1997) – Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Ed. da Unicamp-Cortez Editora.

BIRD (1985) – Informe sobre el desarrollo mundial. Washington D. C.: Banco Mundial, 1ª edição, julho de 1985, Anexo.

BIRD (1995) – Informe sobre el desarrollo mundial 1995. El mundo del trabajo en una economia integrada (Resumo). Washington, D. C.: BIRD.

BOLLÉ, P.(1997) – "El trabajo a tiempo parcial, ¿ libertad o trampa?. Genebra: Revista Internacional del Trabajo, v. 116, nº 4, p. 605-628. (edição Internet <http://www.ilo.org/public>).

CASTEL, R.(1998) – As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Petrópolis: Ed. Vozes.

CHASNAIS, F.(1998) – "Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos mundiais dos enfrentamentos políticos e sociais". São Paulo: Outubro. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. Maio-1998, nº 1.

DIWAN, I. e REVENGA, A.(1995) – "Salários, desigualdade e integração internacional". Washington, D. C.: Finanças & Desenvolvimento, setembro.

FMI (1999) – Word economic outlook. Washington, D.C.: FMI, maio de 1999, Anexo.

GONZÁLEZ-HEMOSILLO, B. (1999) – "Indicadores de alerta de las crisis bancarias. Washington, D. C.: Revista Finanzas & Desarrollo, FMI, junio de 1999.

GORZ, A(1982). – Adeus ao proletariado. Para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

HABERMAS, J.(1980) – A crise de legitimação no capitalismo tardio. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

- HARVEY, D.(1998) – A condição pós-moderna, 7ª edição. São Paulo: Edições Loyola.
- HIRATA, H.(1998) – “Reestruturação produtiva e relações de gênero”. México: Revista Latinoamericana de Estudios do Trabajo, ano 4, nº 7, p. 5-27.
- KALECKI, M.(1977a) – “Lutas de classes e distribuição da renda nacional”. In Crescimento e ciclo das economias capitalistas. (Ensaio selecionado e traduzido por Jorge Miglioli). São Paulo: Ed. Hucitec, 1977, p. 92-101.
- KALECKI, M. (1977b) – “Aspectos políticos do pleno emprego”. In Crescimento e ciclo das economias capitalistas, op. cit. p. 54-60.
- KEYNES, J. M. (1982) – A teoria geral do emprego, do Juro e da moeda. São Paulo: Ed. Atlas.
- MACPHERSON, C. B.(1991) – “Da democracia utópica à democracia científica”. In Ascensão e queda da justiça econômica e outros ensaios. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- MARX, K.(1975) – Capítulo inédito de O Capital. Portugal: Edições Escorpião.
- O’CONNORS, J.(1977) – USA: A crise fiscal do estado capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- MATTOSO, J.(1995) – A desordem do trabalho. São Paulo: Ed. Scritta.
- OFFE, C.(1989) – “Trabalho como categoria sociológica fundamental?” In Trabalho e sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. v. 1, A Crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 13-41.
- OIT(1998) – “De mal en peor”. Genebra: Revista Trabajo, nº 27, 1998, p. 6-7. (edição Internet <http://www.ilo.org/public>).
- OIT(1999) – Memoria del Director General. Trabajo decente e proteccion para todos. Decimo Quarta Reunion Regional de los Estados Miembros de la OIT en las Americas. Lima/Peru: agosto/1999. (edição Internet <http://www.ilo.org/public>).
- OIT(2000) – “La mayoría del mundo carece de seguro desempleo. Los sistemas de protección social bajo presión. Genebra: Comunicado de Prensa OIT/00/29, 21/06/2000 (edição Internet <http://www.ilo.org/public>).
- PAULY, L.(1989) – “Mercados financeiros internacionais em mutação”. Washington, D. C.: Revista Finanzas & Desenvolvimento, FMI, dez./1989.
- SEN, A.(1997) – “Desigualdad y desempleo en la Europa contemporánea”. Genebra: Revista Internacional del Trabajo, v. 116, n. 2. (edição Internet <http://www.ilo.org/public>).
- SCHAFT, A.(1990) – A Sociedade informática. São Paulo: Ed. UNESP-Brasiliense.
- SUPIOT, A.(1996) – “Introducción a las reflexões sobre el trabajo”. Genebra, Revista Internacional del Trabajo, v. 115, nº 6, , p. 2. (edição Internet <http://www.ilo.org/public>).
- POULANTZAS, N. (Org.) (1977) – O Estado em crise. Rio de Janeiro, Graal.